## **SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000660-57.2012.8.26.0233** 

Classe - Assunto **Procedimento Comum - Compra e Venda** 

Requerente: Irmãos Ruscito Ltda

Requerido: Donizetti Aparecido de Oliveira Construção Civil e outro

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança movida por **Irmãos Ruscito Ltda.** em face de **Donizetti Aparecido de Oliveira Construção Civil e Donizetti Aparecido de Oliveira**. Alega a parte autora que dispõe de crédito em aberto em desfavor do requerido no valor de R\$ 1.500,00. Requer a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 2.120,08. Juntou documentos (fls. 4/18).

Citado (fls. 125), o requerido deixou transcorrer "in albis" o prazo para resposta.

É o relatório. DECIDO.

O feito comporta julgamento imediato, com fundamento no artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil.

A contumácia do réu importa presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial.

Além disso, a prova documental indica a inadimplência, impondo-se o acolhimento da pretensão condenatória.

De outro lado, não se verifica o ajuste prévio de data de pagamento pelas partes, razão pela a atualização monetária incide a partir do ajuizamento e os juros de mora com a citação.

Ainda, não integram o crédito as despesas extraprocessuais com correio, mostrando-se inadequada, também, a inclusão de honorários advocatícios no cálculo inicial.

São as razões a parcial procedência.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, condenando a ré ao pagamento da importância de R\$ 1.500,00 atualizada pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo desde o ajuizamento e com juros de mora de 1% ao mês a contar da citação. Sucumbente, arcará a ré com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 15% do valor da condenação atualizado.

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões e subam os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 24 de novembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA